

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 51

Data: 4 de Abril de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### Depois do Cruzado, Calha Norte já sofre mudanças

O Projeto Calha Norte, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, que visa estabelecer a ocupação de espaços vazios na vasta região da Calha Norte dos rios Amazonas e Solimões, sofrerá alterações em função da desestabilização do Plano Cruzado, adaptando-se às novas circunstâncias. A afirmação é de uma alta fonte do Conselho de Segurança. A construção de rodovias, postos de saúde, instalação de batalhões de fronteiras e construção de redes de energia elétrica e de comunicações, são os itens do projeto que exigem maiores aplicações financeiras.

Segundo exposição de motivos do general Rubem Bayma Denny, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, o Calha Norte, que compreende a região Norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, tem-se consubstanciado numa preocupação constante ao longo dos anos, principalmente sob os aspectos referentes a sua integração no contexto nacional devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento. Denny, entusiasta do projeto, defende a suplementação de recursos financeiros ao projeto, de modo a não sofrer alteração nos seus pontos básicos.

Ainda segundo o general Denny, trata-se de área praticamente inexplorada, correspondente a 14% do território nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras habitada por indígenas. Argu-

menta o chefe do Gabinete Militar da Presidência, que esses aspectos por si só vêm acrescentando nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção de antagonismos Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul.

Ressalta que, além da ocupação daquela região, que representa o fortalecimento do poder nacional, o projeto visa ao incremento das relações bilaterais com os países limítrofes; o aumento da presença militar na área; a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos de fronteiras; a definição de uma política indigenista apropriada à região, livrando o silvícula das explorações por parte de algumas missões religiosas de conceito duvidoso; a ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos, são outros itens enumerados pelo Conselho de Segurança Nacional.

O Projeto Calha Norte envolve a participação dos Ministérios do Interior, Minas e Energia, Saúde, Comunicações, Forças Armadas, principalmente o Exército e a Aeronáutica, pioneiros na região. O Exército, responsável pela segurança das fronteiras, já iniciou a parte de sua missão, com a instalação dos primeiros pelotões de

fronteiras, de um conjunto de pelo menos 11 unidades envolvendo aumento de efetivos militares, já previstos pela FT-90 (Força Terrestre 1990).

As reações maiores à implementação do projeto Calha Norte partem das Missões Religiosas na área indígena. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, o projeto atinge diretamente 50 mil índios (22,8% dos índios remanescentes no Brasil). Essa população indígena, segundo ainda o Cimi, encontra-se distribuída em 51 áreas na fronteira Norte do País. O órgão reclama que o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar as áreas indígenas em faixa de fronteira, tratando-se de áreas consideradas demasiadas extensas; áreas próximas a cidades, cortadas por estradas federais ou por rios.

O Ministério do Interior, o órgão mais envolvido diretamente com o projeto, deve encaminhar ao Conselho de Segurança Nacional nos próximos dias, uma exposição de motivos sobre a realidade do projeto face às mudanças na área econômica. O presidente Sarney, que no início de sua gestão visitou a região Amazônica, conhecendo in loco as necessidades dos dirigentes estaduais sobre a situação econômico-financeira e das Forças Armadas, os problemas relativos à segurança fronteiriça vai reafirmar seu propósito de dar prioridade na alocação dos recursos financeiros ao empreendimento, asseguram fontes civis e militares responsáveis pela execução do programa.